



PROCESSO	25.370-7/2020
ASSUNTO	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
PRINCIPAL	MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
RESPONSÁVEL	ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA Diretor-Presidente
INTERESSADA	GIANE APARECIDA GALDIANO MENDONÇA DAVID
EQUIPE TÉCNICA	EDSON REIS DE SOUZA Secretário de Controle Externo VALDIR CEREALI Supervisor LILIANE MONTEIRO DA SILVA MIRANDA Coordenadora da Equipe Técnica
ADVOGADO	NÃO CONSTA
RELATOR	RONALDO RIBEIRO DE OLIVEIRA Auditor Substituto de Conselheiro

RELATÓRIO

Trata-se de benefício de aposentadoria por invalidez, concedido à senhora Giane Aparecida Galdiano Mendonça David, servidora efetiva no cargo de “*Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária e Floresta*”, Classe “D”, Nível “009”, lotada, quando em atividade, no Instituto de Defesa Agropecuária, no município de Barra do Garças-MT, encaminhado pela Mato Grosso Previdência, sob responsabilidade do senhor Elliton Oliveira de Souza, Diretor-Presidente.

O presente benefício foi concedido por meio do Ato 9.109/2020 (documento digital 262727/2020, folha 7), publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição 27.832, de 9 de setembro de 2020, com fundamento no artigo 40, § 1º, I, da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998, combinado com os termos do artigo 6º-A da Emenda Constitucional 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional 70/2012, mais o artigo 213, I, da Lei Complementar 04/1990, ensejando cálculo de proventos proporcionais.

Após análise preliminar da documentação encaminhada pela unidade gestora, a então Secretaria de Controle Externo de Previdência desta Corte constatou a ocorrência





de suposta impropriedade, de modo que sugeriu a citação do responsável para apresentar a publicação oficial do ato administrativo que declarou o início e o término do vínculo no período de 1/1/1994 a 22/10/1995 ou, na inexistência do referido documento, o contrato, o termo de posse, a carteira de trabalho, a ficha funcional, os holerites, por exemplo (documento digital 280523/2020).

Devidamente citado, o gestor encaminhou documentação (documento digital 182878/2022), a qual foi considerada apta a sanar a impropriedade pela 6ª Secretaria de Controle Externo deste Tribunal, que sugeriu o registro do Ato 9.109/2020 e a legalidade da planilha de proventos (documento digital 188906/2022), conforme a seguir:

COMPOSIÇÃO	
PROVENTOS	R\$ 19.116,90

Instado a se manifestar, o Ministério Público de Contas, mediante o Parecer 4.212/2022 (documento digital 192373/2022), de lavra do Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, opinou pelo registro do Ato 9.109/2020, bem como pela legalidade da planilha de proventos proporcionais.

É o Relatório.

Cuiabá-MT, 9 de setembro de 2022.

(assinatura digital)
Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Auditor Substituto de Conselheiro
Relator

